

**Artigo original****VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O PAPEL DAS CRENÇAS CULTURAIS NA SUA OCORRÊNCIA E PERSISTÊNCIA NA PERSPECTIVA DAS VÍTIMAS E AGRESSORES: um estudo fenomenológico****Isália Licença Mate¹, Mohsin Sidat² e Fernando Mitano³**¹*Faculdade de Educação, Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Moçambique*²*Faculdade de Medicina, Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Moçambique*³*Universidade de Lúrio (UniLurio), Moçambique*

RESUMO: A violência doméstica é um problema de Saúde Pública em todo o mundo, sendo as crenças culturais tidas como um dos seus factores. No entanto, tais crenças não têm sido explícitas e nem se descreve como é que a sua influência sobre a violência doméstica ocorre. O artigo analisa as experiências e percepções sobre a violência doméstica e o papel das crenças culturais na sua ocorrência e persistência, na perspectiva das vítimas e dos agressores. O estudo foi de natureza qualitativa e baseado na perspectiva fenomenológica, tendo recorrido à entrevista semi-estruturada como instrumento de recolha de dados. Participaram voluntariamente no estudo oito casais. Os resultados demonstram que as crenças culturais desempenham um papel significativo na ocorrência e persistência da violência doméstica. São disso ilustrativos relatos em que os agressores assumem ter recorrido à violência alegadamente porque a sua vítima não lhes dá água para banho; ou porque não lhes lava a roupa e/ou porque a vítima questiona sobre algum comportamento estranho seu. O estudo apurou ainda que, apesar dos danos causados, a violência doméstica fundada nesse tipo de crenças ainda é aceite pelas vítimas, desde que o agressor cumpra com alguns dos seus deveres, como o de trazer sustento para a família. Conclui-se ser urgente uma intervenção integrada, envolvendo vários serviços afins, no sentido de prevenir e mitigar o sofrimento decorrente da violência doméstica baseada em crenças culturais, e emponderar as mulheres, homens, crianças e a comunidade no geral, para o combate a este fenómeno, em prol de um desenvolvimento são das famílias moçambicanas.

Palavras-chave: *Crenças culturais, Fenomenologia, Percepções, Violência doméstica.*

DOMESTIC VIOLENCE AND THE ROLE OF CULTURAL BELIEFS IN ITS OCCURRENCE AND PERSISTENCE IN THE PERSPECTIVE OF THE VICTIMS AND AGGRESSORS: PHENOMENOLOGICAL PERSPECTIVE

ABSTRACT: Domestic violence is a public health problem worldwide and has been mentioned as one of the factors cultural beliefs, however, unknown whether the beliefs and how this influence occurs. The article analyzes the experiences and perceptions of domestic violence and the role of cultural beliefs in its occurrence and persistence in the perspective of the victims and aggressors. This study uses the qualitative method based on the phenomenological perspective, proposed by Giorgi to further analyze the experiences and perceptions of this phenomenon in the study population. The semi-structured interview was the instrument used for the process of data collection. Participated voluntarily in the study eight couples, among those attended in CÁ-PAZ. This site was chosen by convenience. The findings of this study demonstrate that cultural beliefs play a significant role in the occurrence and persistence of domestic violence. Among them is the fact that the aggressors resort to violence on the grounds that the victim does not give them water to shower, does not wash their clothes or questions about some strange behavior. This phenomenon cause significant damage to the family experiences as the development of arterial hypertension diseases, creating risk of cardiovascular events. Despite this damage, this violence is still accepted by victims since aggressor fulfills certain duties, such as bring support for the family. Thus, it shows an urgent need for integrated action involving several related services, in order to prevent, mitigate suffering and empower women, men, children and the community in general to combat this phenomenon towards to a healthy development of the Mozambican families.

Keywords: *Culture, Experiences, Phenomenology, Perceptions, Domestic violence.*

Correspondência para: (correspondence to:) isaliagl@gmail.com

INTRODUÇÃO

Violência de gênero, violência interpessoal, violência contra mulheres e violência doméstica são conceitos que têm sido aplicados quando se aborda um dos problemas que afecta de forma significativa e desestruturante o desenvolvimento são da mulher (CASIQUE e FUREGATO, 2006). Entretanto, para efeitos deste trabalho, elege-se o último conceito, i.e. violência doméstica. A violência doméstica é um problema universal, que ocorre em famílias ricas, pobres, negras, brancas, atingindo, assim, a todos os estratos sociais (BALLONE e ORTOLANI, 2003). Conforme a ONU (2003), a violência doméstica é a parte negativa (constrangedora e até ou desestruturante) da dinâmica de muitas famílias, tanto nos países desenvolvidos como nos em desenvolvimento.

A Organização Mundial da Saúde (WHO, 2005) afirma que foi o esforço das mulheres e acções governamentais, iniciados nos anos 1990, que despertaram a consciência para o reconhecimento da violência doméstica como um sério problema de direitos humanos e de saúde pública. Teles e Brás (2010, p. 19) afirmam que globalmente se estima que seis em cada dez mulheres já experimentaram algum tipo de violência física e sexual. A violência doméstica é a maior causa de morte e incapacidade de mulheres e crianças entre os 16 e os 44 anos de idade. Na mesma perspectiva, WHO (2013) indica que no mundo uma em cada três mulheres já foi vítima de sérias agressões físicas, ou forçada a ter relações sexuais pelo seu parceiro. Por seu turno, Tridapalli, *et al.* (2018, p. 187), descrevem que os resultados dos estudos realizados na África do Sul, Canadá, Estados Unidos e Israel ilustram que de 40% a 70% das mulheres assassinadas foram vítimas de seus maridos ou namorados em relações abusivas. Em Moçambique, como noutros

países em desenvolvimento, a violência doméstica constitui um dos problemas de saúde pública e uma das principais causas da procura pelos serviços de saúde (JETHÁ, 2007; PAIVA, SANTOS e SANTOS, 2014). De acordo com os dados oficiais do Ministério do Interior, a nível nacional, a violência contra a Mulher tem atingido níveis muito elevados. No período entre 2004 e 2007, mais de 29.000 mulheres apresentaram queixa nos Gabinetes de Atendimento à Mulher como tendo sido vítimas de violência, com uma média de mais de 7.000 mulheres por ano. Em 2010, foram atendidos 15.018 casos (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 2008, 2010). Ainda neste contexto, dados mais recentes indicam que em 2015 foram registados 11.803 ocorrências de violência doméstica contra mulheres e 3.699 contra os homens; em 2016, foram 12.585 contra 3.325; e em 2017, 12.849 contra 2.997 casos (MANGUANA *et al.*, 2018). Nestes dados verifica-se que, enquanto que para as mulheres o número de casos aumentou em 34%, nos homens reduziu em 19%.

No contexto da violência doméstica e crenças culturais, a WHO (2009) defende que a violência doméstica pode ser impulsionada pela cultura. Exemplificando, relata que na China e na Nigéria foram encontrados dados que revelam que a questão cultural está subjacente a este fenómeno da violência doméstica sob a crença de que o homem é superior e deve demonstrar poder sobre a mulher e de que o homem tem o direito de disciplinar a sua mulher.

No mesmo relatório (WHO, 2009) e na mesma perspectiva, nota-se que no Paquistão há evidências de crenças de que a mulher deve ser privada de liberdade. Em Moçambique, estudos feitos por Mejia, *et al.* (2004) e Osório, *et al.* (2001) apontam como causas da violência doméstica, de entre várias, as seguintes: o desconhecimento dos direitos humanos por

parte das vítimas e o facto de esses direitos serem ignorados pelos agressores; a forma de organização familiar; as desigualdades entre homens e mulheres, que são legitimadas pela sociedade e a cultura (valores, crenças, tabus,). No entanto, esses estudos não indicam que valores ou que crenças têm essa influência, nem como essa influência ocorre.

Assim, este estudo procurou analisar como a violência doméstica é vivida e percebida, e que papel têm as crenças culturais na sua ocorrência e persistência, quer na perspectiva das vítimas, quer na dos agressores. A razão e a relevância deste estudo encontram-se no facto de a violência doméstica constituir um problema de Saúde Pública no mundo (ROMAGNOLI, 2015, p. 29), incluindo Moçambique (MEJIA *et al.*, 2004; OSÓRIO *et al.*, 2001), onde se apresenta como um sério problema de direitos humanos e caracteriza a parte negativa (constrangedora e desestruturante) da dinâmica de muitas famílias.

Para se analisar as experiências e percepções sobre violência doméstica e o papel das crenças culturais na sua ocorrência e persistência, recorre-se ao método fenomenológico, pois, esta abordagem consiste na descrição das experiências vividas pelo grupo alvo sobre um determinado fenómeno (GIORGI, 1985). Ademais, em Moçambique, não existem estudos deste tipo (estudos fenomenológicos) sobre o fenómeno em causa, e nem estudos aprofundados explicitando a influência ou papel das crenças culturais na ocorrência e persistência da violência doméstica, isto é, explicando como essa influência ocorre. Para uma intervenção eficaz em questões de violência doméstica, mostra-se necessária a consideração da influência da cultura de cada contexto sócio-cultural (FERNANDEZ, 2006, p. 251). Por isso, este estudo procura responder a esta solicitação, trazendo uma visão mais

aprofundada relacionada com a violência doméstica e as vivências sócio-culturais.

MATERIAL E MÉTODOS

Tipo de Estudo

O fenómeno da violência doméstica pode ser abordado e estudado de várias formas com recurso a diferentes metodologias. No âmbito deste estudo, optou-se pela abordagem qualitativa fenomenológica, concretamente a abordagem fenomenológica na perspectiva de Giorgi (1985), com o objectivo de analisar as experiências e percepções (incluindo os significados atribuídos) em relação à violência doméstica e o papel das crenças culturais na ocorrência e persistência deste fenómeno nas famílias moçambicanas. A palavra-chave em pesquisa fenomenológica é a descrição, visto que, esta abordagem lida com as descrições de depoimentos, relatos ou entrevistas sobre experiências vividas em relação a um determinado fenómeno (ANDRADE e HOLANDA, 2010; SADALA, 1993; GROENEWAL, 2004; HOLANDA, 2006).

Participantes e Instrumento de Recolha de Dados

Oito casais (oito mulheres e oito homens) que vivenciavam a violência doméstica e que eram atendidos na CÁ-PAZ participaram do estudo. A CÁ-PAZ é uma Associação de Assistência Psicossocial e Empoderamento das Vítimas de Violência Doméstica, situada no Posto Administrativo da Machava, na Cidade da Matola, Província de Maputo, zona Sul de Moçambique, e actua na área desde 2006. Os casais foram arrolados para participarem do estudo de forma voluntária, à medida que procuravam atendimento naquela instituição. Tanto os participantes como a instituição foram escolhidos por conveniência. No caso particular, os 16 informantes respondiam aos critérios de inclusão no estudo, nomeadamente: idade superior a 18 anos; convivência marital marcada por

ocorrência situações de violência doméstica; beneficiarem de acompanhamento na CÁ-PAZ, e aceitarem participar no estudo de forma voluntária. Os oito casais forneceram dados suficientes para se atingir uma saturação teórica, tendo sido confirmados como os participantes definitivos (amostra final) do estudo. A saturação teórica de dados num estudo consiste na suspensão da inclusão de novos participantes, quando os dados já recolhidos de um certo número de informantes se revelam suficientes, atendendo ao facto de que, na percepção do pesquisador, novos informantes apresentarem dados que se revelem repetitivos/redundantes não sendo, por isso, relevante persistir na colecta de dados (FONTAMELLA, RICAS e TURATO, 2008). Um guião de entrevista, concebido pela pesquisadora, foi o instrumento usado para a colecta de dados, via entrevistas semi-estruturadas, com os participantes. As entrevistas, que com a anuência dos participantes foram gravadas para posterior transcrição, decorreram na CÁ-PAZ e foram conduzidas pelos pesquisadores.

Análise de dados

O processo de análise de dados decorreu com recurso ao método de análise fenomenológico proposto por Giorgi (1985 e 2006), que parte das descrições contidas nas transcrições das entrevistas dos participantes sobre as suas experiências vividas em relação a um fenómeno. Esse método obedece a quatro passos, que foram rigorosamente seguidos pelos pesquisadores. No primeiro passo foram feitas as leituras de todas as descrições, a fim de se alcançar o sentido geral do todo. Para tal, foi necessário compreender a linguagem descrita, sem qualquer tentativa de identificar as unidades significativas. No segundo passo discriminou-se as unidades significativas com base numa perspectiva psicológica e focada no fenómeno em estudo. Neste sentido, foram anotadas com maior rigor as experiências e

percepções individuais das pessoas vítimas e agressoras. No terceiro passo foi configurado pela transformação das expressões quotidianas do sujeito em linguagem psicológica, com ênfase ao fenómeno em estudo. No quarto e último passo buscou-se a síntese das unidades significativas, transformando-as em uma declaração consistente da estrutura do aprendido. A posterior a pesquisadora sintetizou todas as unidades significativas transformadas numa declaração consistente da significação psicológica dos fenómenos observados em relação à experiência do sujeito e denomina essa síntese de estrutura da experiência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O fenómeno em estudo, violência doméstica e o papel das crenças culturais na sua ocorrência e persistência na perspectiva das vítimas e agressores, foi compreendido através das unidades de significado que orientam a estrutura de apresentação deste capítulo.

Experiências e conhecimentos sobre a violência doméstica

Tanto no discurso das vítimas como no dos agressores verifica-se, em alguns casos, um não reconhecimento do fenómeno da violência doméstica. Ao mesmo tempo, na tentativa de definir este fenómeno, consideram-se mais aspectos relacionados com a agressão física e o não sustento da família, ignorando-se outras formas de violência. A falta de reconhecimento da violência doméstica ou considerar apenas a agressão física (violência física) e o não sustento (violência económica) podem estar relacionados com o processo de socialização pelo qual os informantes passaram, pois inclui a divisão das tarefas por sexo, em que as mulheres são tidas como as que cuidam da casa, dos filhos entre outras, enquanto o marido trabalha fora, sustenta a casa. Esta constatação enquadra-se na abordagem de Fernández (2006, p. 256), que observa que a violência

do marido contra a sua esposa ou mesmo filhos é aceite e tida como uma forma de exercício de disciplina e controlo, na qualidade de chefe e autoridade na casa/família. Segundo Alfane (1996) e Fernando (1996), num casal, a mulher é concebida tradicionalmente como responsável pela reprodução, cuidado com as crianças e por todas as actividades domésticas, incluindo a preparação dos alimentos. por sua vez, o homem é tido como aquele que trabalha e traz para a casa os recursos financeiros para o sustento da esposa e dos filhos. Tal interpretação é corroborada por Paiva, Santos e Santos (2014) ao afirmarem que a violência, apesar de ser um antigo fenómeno nas vivências sociais, ela não era percebida como tal, mas como uma forma de punir infracções. Atendendo à dinâmica patriarcal, a mulher era a vítima e a violência (perpetrada pelo “senhor”, tido como o detentor do poder máximo nas famílias) alastrava-se para os filhos. Estes autores introduzem o dado “patriarcado”, por sinal característica da estrutura social dos participantes deste estudo. Pela sua natureza e funcionalidade, o patriarcado é impulsionador deste fenómeno e, conseqüentemente, ao não reconhecimento da violência como tal, mas como uma vivência social doméstica normal.

Portanto, nesses contextos sócio-culturais, as mulheres não conseguem considerar certos actos ou vivências como violência doméstica, por serem culturalmente aceites ou tidas como normais na vivência do poder patriarcal. Entretanto, ao descreverem as experiências sobre a manifestação da violência doméstica ou sobre a dinâmica familiar, participantes houve que descrevem mais aspectos identificados como sendo a manifestação deste fenómeno e que lhes criaram um sofrimento tal, a ponto de buscarem apoio em instituições como a CÁ-PAZ. Os depoimentos seguintes ilustram esta dificuldade na concepção do fenómeno vivido.

Violência doméstica é ser maltratada no lar com o seu marido, te dar chapadas, sim. E outras coisas só que é difícil agora que estou a falar.” (Mulher 31 anos, vendedeira, 9 anos em união de facto).

Violência doméstica para mim é, nem sei como posso explicar, é um cadinho difícil para mim explicar, mas é ser muito mais difícil em casa ... Desde que eu estou nesta situação com a minha esposa, às vezes eu também sinto-me violentado. Por exemplo, ... ela prepara refeições e quando chego enquanto estão aí a comer, às vezes tira-me o prato a dizer que o dinheiro que eu deixei em casa não corresponde aquilo que ela cozinhou (Homem 36 anos, motorista, 13 anos em união de facto).

Papel da Mulher e do Homem no Contexto Sócio-Cultural/Familiar na Perspectiva dos Participantes do Estudo

Como já foi anteriormente referido, o estudo foi realizado em Maputo, sul de Moçambique, contexto com características sócio-culturais específicas no que concerne ao papel da mulher e do homem. Assim, as experiências vividas pelas vítimas e agressores participantes deste estudo reflectem necessariamente os papéis de género estabelecidos socialmente e apreendidos desde a infância. Com efeito, é desde a sua infância que as mulheres são direccionadas a tarefas como o cuidar das crianças, lavar a roupa, engomar, cozinhar e pôr água para banho (do marido). Em contrapartida, o marido trabalha fora de casa, compra comida, roupa para a esposa e filhos. Nas tarefas domésticas ele só pode ajudar, querendo.

Outras experiências narradas pelos participantes fazem menção ao não questionamento, pelas mulheres, sobre aspectos do comportamento do seu marido, tais como ter relações extra-conjugais e expressões agressivas e falta de diálogo, desde que eles cumpram com o papel de chefe da família já descrito. Estas experiências fazem parte do conteúdo e das práticas interiorizadas durante o

crescimento das raparigas, como referem (ALFANE, 1996; FERNANDO, 1996; FERNANDÉZ, 2006). Osório (2008 e 2013) acrescenta que, no contexto moçambicano, tais ensinamentos (i.e. de que a rapariga não deve questionar as vontades do marido e que este deve ser o provedor e chefe da família) são dados às crianças de ambos os sexos. Actualmente, esta situação tem levado a conflitos, dada a influência e interferência da educação formal e dos movimentos em prol da promoção dos direitos humanos, que invocam direitos iguais para todos (mulheres e homens) e desenvolvem um pensamento crítico nas mulheres, que passam a questionar as vivências e os ensinamentos recebidos.

Em relação às expressões agressivas, Papalia e Olds (2000), Cabral e Díaz (1998) referem que fazem parte também dos ensinamentos dados na infância em preparação da vida adulta. Nestes ensinamentos, as meninas são moldadas pelos pais a serem passivas e os meninos menos passivos e mais agressivos.

Os participantes deste estudo, tanto as mulheres bem como os homens deixaram transparecer que nas suas vivências, após a união ou casamento, encaram a mulher como pertença do homem ou da família deste e não da sua família de origem. Qualquer questão relacionada com a mulher ou com a união, deve reportada à família do marido, em primeira instância. Eis alguns depoimentos ilustrativos dessa tendência:

[...] a mulher já foi levada de sua casa, então tem de estar no seu lar. A primeira pessoa a resolver os seus problemas será a sua sogra. A família do homem. Porque já são casados e a mulher passa para a outra família (Mulher 33 anos, vendedeira, 13 anos em união de facto).

[...] a mulher no momento que se junta com um homem toda a responsabilidade está nas mãos do homem. Tudo o que acontecer com a

mulher o homem é que se responsabiliza. Isso eu consigo definir da seguinte maneira: no momento que eu me junto com ela é porque ela sai da responsabilidade dos pais, fica já na responsabilidade minha. Então, entretanto, a partir desse momento em que os pais sabem onde é que a filha está é daí onde eu tomo a responsabilidade da filha (Homem 32 anos, ferreiro, 13 anos em união de facto).

As coisas são assim, mesmo quando temos problemas, ela não deve ir se queixar, deve procurar juntar primeiro a minha família e dizer o meu marido está a me fazer isto e isto não é, e aí a minha família me chama. Porque ela já não pertence lá, pertence a minha família. Quando não se conseguir resolver é que vai se levar para a família da mulher (Homem 50 anos, biscateiro, 25 anos em união de facto).

Mwamwenda (2006) e Fernandéz (2006) afirmam que estas crenças e práticas constituem uma condição que pode propiciar a violência. O facto de a mulher passar a pertencer à família do esposo pode colocá-la numa situação de isolamento e vulnerabilidade à violência doméstica. No entanto, se a família da mulher fosse mais envolvida, serviria como um factor protector.

Na exploração da proveniência das experiências e conhecimentos sobre o papel da mulher e do homem, bem como à “pertença” da mulher à família do marido após a união, tanto as mulheres assim como os homens participantes do estudo referiram que tais aprendizagens ocorrem desde a infância, pela experiência de vida com pessoas adultas, em particular os tios/tias, bem como com amigos.

A descrição de vivências e aprendizagens acima relatada, feita tanto pelas mulheres como pelos homens que participaram do estudo encontra-se ancorada na visão das crenças culturais que, de acordo com a WHO (1988), são convicções transmitidas por pessoas mais velhas (pais, avós e

outras pessoas significativas) e que são aceites sem a comprovação da sua veracidade e orientam o *modus vivendi* das pessoas. Há que salientar que cada país e comunidade tem as suas próprias crenças que indicam o que é socialmente aceitável ou não. Bazilash (2010) aponta que estas convicções conduzem os indivíduos a terem atitudes e comportamentos que reflectem geralmente o ambiente e a cultura, o espaço e o tempo da sua infância. As crenças são tão profundas porque são resultado de anos de diálogo permanente entre a criança e os próprios pais, bem como com outros agentes educativos. Esse diálogo educativo interpessoal é também acompanhado, de forma permanente, pelo diálogo interior, ou intrapessoal.

Por sua vez, a Teoria de Aprendizagem Social (BANDURA, 1977) e a Teoria Sócio-Histórica e Cultural (VYGOTSKY, 1978 *apud* MWAMWENDA, 2005) referem ao papel da socialização que acontece desde a infância nos indivíduos em interacção com os adultos, fundamentando as vivências indicadas acima. A primeira teoria postula que as crianças aprendem por imitação, observação ou instrução dos adultos ou outras pessoas significativas do seu meio social que servem como modelos (MWAMWENDA, 2006; BANDURA, 1977). A segunda teoria afirma que a interacção da criança com os adultos ou outras crianças com mais habilidades proporcionam que esta aprenda e se desenvolva formando a sua personalidade que se manifesta quando adulto (FLAVELL, MILLER e MILLER, 1999; MATTA, 2001).

Entretanto, as pessoas mais velhas ou aquelas com influência nas crianças desempenham um papel importante no seu desenvolvimento, na medida em que passam-lhes as bases de construção adulta. Esses ensinamentos não devem ser questionados, devendo simplesmente ser

cumpridos, tal como foi referido por alguns dos participantes, nos seguintes termos:

[...] no lar a mulher deve lavar, engomar, dar de comer ao marido, colocar água para banho do marido, sim! Os cuidados com a casa, as crianças eu é que faço e ele só pode me ajudar. Um homem tem trabalho dele, obra, ir trabalhar para nos dar de comer (Mulher 29 anos, vendedeira, 13 anos em união de facto).

Uma mulher tem que fazer o seu papel de mulher, tem que respeitar seu marido, tem que fazer aqueles deveres que são necessários para uma mulher. Por exemplo, ... quando amanhece, uma mulher tem de acordar, fazer os seus trabalhos e sabendo a hora que o marido acorda, deve aquecer água, pôr na casa de banho, vir dizer para tomar banho, tem de pôr lá o matabicho e essas coisas todas. E o homem, o direito do homem é o seguinte: ele tem que acordar, fazer os trabalhos que ele sabe que tem de trabalhar e também doutro lado, tem que perguntar o que é preciso e o que não é preciso à mulher (Homem 32 anos, ferreiro, 13 anos em união de facto).

Manifestação e Aceitação da Violência Doméstica e sua Relação com a Cultura

Nesta subsecção são relatadas e discutidas situações em que tanto as mulheres assim como os homens, descrevem vivências de violência doméstica por si experienciadas. Nos seus depoimentos verifica-se uma ocorrência da violência doméstica numa perspectiva bidireccional, isto é, em que a violência pode ser perpetrada tanto pelo homem, assim como pela mulher. De entre outros autores, esta perspectiva é elaborada por De Sousa, *et al.* (2018). As vivências das mulheres neste âmbito (da manifestação da violência doméstica e a cultura) revelam contornos ligados ao não cumprimento dos ensinamentos passados durante a socialização, em termos do que deve ser feito pelos homens dentro de uma família. Este inclui tarefas como o não sustento das crianças e do cuidado da casa, e o facto de os maridos não lhes darem

dinheiro. Acresce-se a estas o facto de os maridos não aceitarem que as mulheres trabalhem fora, incluindo para fazer pequenos negócios. As mulheres são proibidas de passear ou visitar familiares, pois não podem sair de casa. Indicam-se, também, experiências de não serem aceites para comprar utensílios com dinheiro próprio para casa, a não ser com dinheiro dado pelo marido. Estas mencionam ainda questões de agressões físicas, sexuais e relações extraconjugais por parte dos maridos e que estas não podem questionar estes actos. Portanto, a violência doméstica é cometida, tendo em conta a manipulação dos ensinamentos aprendidos desde a infância sobre as funções do homem e da mulher no lar e ainda a prática da magia por parte das amantes dos maridos.

Estas vivências, de manifestação da violência doméstica e da cultura são também descritas pelos homens, se sentem violentados pelas mulheres. Neste caso, esta situação manifesta-se através de relações extra-conjugais por parte delas, algo que é percebido como direito único dos homens ou como forma de castigar as mulheres por não cumprirem alguma ordem.

Para os homens, a manifestação do fenómeno evidencia-se no facto de serem acusados como ter passado por um ritual tradicional feito pela segunda esposa, designado “estar na garrafa”. Estes relatam ainda experiências de desvalorização como “homens da casa” por parte das mulheres ao levantarem a voz nas interações ou durante discussões. Manifesta-se também pela não realização, pelas mulheres de algumas actividades típicas delas, como colocar água para o banho do marido, lavar a roupa e cuidar das crianças. Acresce-se, a isso, o facto de as mulheres não os escutarem e não cumprirem horários estabelecidos por eles.

Esta dinâmica de vivências aqui descritas tem concordância em Fernández (2006, p. 256), ao afirmar que a violência do

homem contra a sua esposa ou mesmo filhos é aceite e tida como uma forma de controlo, como autoridade da casa/família e também de disciplina. Alfane (1996, p. 18) e Fernando (1996, p.19) explicam que num casal, a mulher é concebida tradicionalmente como responsável pela reprodução, cuidado com as crianças e por todas as actividades domésticas. O homem, por sua vez, é quem decide por último e, para além de ser chefe da família, é quem garante o sustento da família, incluindo vestuário para toda a família. Assim, as mulheres concebem como violência doméstica o facto de eles não cumprirem com estas atribuições. Esta visão, também ocorre nos homens quando as mulheres não exercem os seus deveres culturalmente definidos.

Osório (2013), neste processo de socialização, constata que incute-se nas raparigas o não questionamento das vontades do marido por ser o provedor e chefe da família. Como chefe da família, Mwamwenda (2006, p. 356) indica que este procura demonstrar a sua superioridade através do controlo psicológico da mulher, acompanhando passo a passo as horas, as deslocações e o dinheiro que esta possa ter. Mwamwenda (2006, p. 354) afirma que os ensinamentos acima referidos podem criar situações de violência, na medida em que a mulher a gerir a casa e a cuidar das crianças pode sentir que o seu marido não está a fornecer dinheiro suficiente para preencher as necessidades domésticas. Ainda nos argumentos de Osório, pode-se enquadrar a vivência dum das participantes, que considera uma das motivações da violência doméstica o facto de não aceitar ter relações sexuais com o marido após as discussões. Segundo ela, deviam ser feitas depois da situação de desentendimento ter passado e ela ter acalmado, para também poder sentir o prazer, o que não acontece antes. Contudo, esta mulher está a contrariar o não questionamento e a obediência às

vontades do marido que foi ensinada. Em relação a esta situação, Mwamwenda (2006, p. 354) defende que a redução da actividade sexual é eminente, não só pode ser pelas discussões, mas o nascimento dos filhos pode implicar este evento entre o casal, devido à exeguidade de tempo para os dois e pela mulher que empenhada nos cuidados dos mesmos fica exausta, o que pode criar frustrações.

Assim, as mulheres sentem-se violentadas e indicam como esta violência se manifesta nas suas experiências diárias. Quanto aos homens, por seu lado, também narram esta mesma vivência. Em ambos casos derivam da dinâmica dentro da implementação dos ensinamentos aprendidos sócio-culturalmente ao longo da vida.

Os homens indicam o não apoio pelas mulheres nos projectos do casal, o que pode derivar do facto de esta perceber-se como aquela que não pode falar, questionar, mas sim obedecer aos dizeres do seu marido, não vendo desta forma necessidade de proferir alguma ideia de apoio, porque não faz parte do acervo dos ensinamentos recebidos. Por outro lado, as mulheres referem ao facto de não lhes ser permitido trabalhar fora, comprar utensílios domésticos com o seu próprio dinheiro, pois estas situações podem estar a ser percebidas por estes como violação destes mesmos ensinamentos, pois esta tem de atender às actividades domésticas e quem traz o dinheiro é o homem (OSÓRIO, 2013; ALFANE, 1996; FERNANDO 1996).

Neste caso, verifica-se um dilema, na medida em que as mulheres, nos ensinamentos, percebem que não podem questionar ou opinar nos actos dos seus maridos e, por outro lado, os homens sentem-se violentados pela falta de apoio nos projectos por parte destas, mas ao mesmo tempo quando estas questionam são tidas como sem respeito e semeiam sentimentos de desvalorização nos mesmos.

Em parte, o que os homens vivenciam como violência vinda da mulher, percebe-se nas falas destas como uma reacção à violência doméstica perpetrada pelo marido. Zacarías (2012), por seu turno, no estudo “Women as victims and perpetrators of intimate partner violence [...]” considera também, como se percebe pelo título, que estas estejam realmente a ser agressoras. Mas, nos depoimentos entende-se como auto-defesa à agressão do parceiro. Parte desta reacção das mulheres pode estar inserida na visão de Osório (2013), quando invoca a influência da educação formal e da promoção dos direitos humanos no agir actual das mulheres. Portanto, algumas têm questionado sobre os actos dos seus maridos ou reagido na mesma dimensão da agressão recebida, contrário do que se espera culturalmente.

No entanto, outras mulheres vítimas referiam-se à suspeita de práticas de magia por parte das amantes para desestabilizar a sua relação. Em outros casos, os maridos é que suspeitavam que elas estivessem a usar as tais práticas de magia para os atingir.

A menção à magia como catalizador da violência doméstica pode fundar-se no facto de, segundo Chiziane (2010), as mulheres na luta de defesa do lar ou conquista de um homem, principalmente quando é casado recorrerem à magia ou à Medicina Tradicional. Segundo De Assis, *et al.* (2018, p. 15), a OMS define Medicina Tradicional como “a combinação total de conhecimentos e práticas, sejam ou não explicáveis, usados no diagnóstico, prevenção ou eliminação de doenças físicas, mentais ou sociais, e que podem assentar exclusivamente em experiências e na observação transmitida de geração em , oralmente ou por escrito”. Ainda na visão de Chiziane (2010), esta é percebida como a que concede poderes para ser melhor sucedida nestas situações. Esta concepção pode fazer com que a violência doméstica seja aceite, pois a questão é percebida

como influenciada por esta magia e não o comportamento das pessoas em si e as suas cognições.

Ao buscar os depoimentos dos participantes, por exemplo, nos argumentos de Osório (2013), pode-se enquadrar na vivência duma das participantes, que consideram uma das motivações da violência doméstica o facto de não aceitar ter relações sexuais com o marido após as discussões. O que conforme Shamu, *et al.* (2011) pode levar a consequências físicas como incremento de doenças sexualmente transmissíveis, pelo facto de a violência reduzir a capacidade de negociação da protecção sexual. O facto de esta violência contribuir significativamente para a mortalidade materna nas faixas etárias dos 15 a 49 anos.

Quando me batia, eu chorava e calava... e depois ele me pede relações sexuais e eu nego, porque estou zangada, então me bate. Assim, eu não estou a vontade. Ele ia me deixar eu relaxar, depois me pedir, não quando estou zangada. Porque nos outros dias que faz isso eu fico sentir dores, nem sentir gosto mesmo. Sinto dores” (Mulher 29 anos, vendeira, 13 anos em união de facto)

Agora não sei o que ela pensa, porque tudo o que faço ela me põe embaixo, faço aquilo ela me põe embaixo. Não sei. Ela não me apoia... (Homem 50 anos, biscateiro, 25 anos em união de facto).

Família, Vizinhos e Amigos no Contexto da Violência Doméstica

Estes agentes ocupam um lugar preponderante na vida de um casal e desempenham um papel a ter em conta. A família, vizinhos e amigos são tidos como os que apoiam o casal em conflito, apelando ao entendimento entre os dois e à união, logrando, por vezes, mitigar ou mesmo cessar situações de violência em que vivem. No entanto, o apoio por parte destes agentes é feito apelando-se à mulher

a ter paciência, sob o argumento conformista de que “os homens são todos iguais”. Em algum momento, os que oferecem apoio, principalmente, as mães, outras mulheres mais velhas, ou mesmo as irmãs, falam da sua própria experiência como tendo passado por situações idênticas e que foram ultrapassadas, para aconselhar a mulher a ser paciente para com o violência doméstica que sofre ou para que faça o exercício de identificar o porquê do marido agir duma forma violenta. Nesta intervenção da família, vizinhos e amigos, verifica-se, muitas vezes, um certo apelo para que a mulher admita (tolere) as relações extraconjugais do parceiro, desde que sejam ocultadas e apenas a intolerância à violência física, ignorando os outros tipos de violência como a económica e psicológica entre outros.

A posição da família, vizinhos e/ou amigos acima relatada é abordada por Fernández (2006, p. 256), como reforçando a perspectiva de que a violência do homem contra a sua esposa e/ou mesmo filhos é aceite e tida como uma forma de controlo, como expressão de autoridade e de garante da disciplina na família. As experiências contadas pelas mães, outras mulheres mais velhas, ou mesmo as irmãs, ilustram isso. Estas experiências também servem como suporte psicológico e físico para a permanência da mulher numa situação de violência, já que ela segue esses exemplos para levar a relação marital avante, com “paciência”, já que “os homens são assim” e “nós também vivemos situações assim nos nossos lares”. Estas “conselheiras” servem como modelos a serem imitados e seus ensinamentos passam a constituir parte do desenvolvimento e comportamento da mulher vítima de violência a quem aconselham, conforme indicam a teoria de Aprendizagem Social (BANDURA, 1977) e a teoria Sócio-Histórico Cultural (ARGENTO, s/d).

As teorias, acima indicadas, defendem que a aprendizagem social ou por observação

ou ainda por imitação ou instrução constitui um dos mais frequentes e usados mecanismos de aprendizagem, pois grande parte do comportamento humano é adquirido através da instrução directa, por observação e imitação do comportamento dos outros. Isto é, os indivíduos, desde crianças, muitas vezes apreendem atitudes e comportamentos através da simples observação, escuta e imitação de pessoas tidas por modelo comportamental ou que servem como modelos (BANDURA, 1977). É através deste tipo de aprendizagem que o comportamento do indivíduo é orientado desde infância de acordo com as normas sociais, valores, crenças, conhecimentos de modo a se adequar à sociedade em que está inserida. Estas aprendizagens socializam o indivíduo que passa a estar e a ser em congruência com as normas e expectativas da sua base sócio-cultural (MWAMWENDA, 2006, p.182).

Na perspectiva Sócio-Histórica e Cultural de Vygostky, acredita-se que as características individuais, incluindo as atitudes, estão impregnadas de trocas com o colectivo decorrentes da relação desse indivíduo com outros (FLAVELL, MILLER e MILLER, 1999). A situação da aprendizagem por observação e imitação nas trocas sociais verifica-se ainda no próprio comportamento violento por parte do homem. A sogra de uma das participantes afirma que o pai do filho também era assim e ela teve de ser paciente e continuar com ele. Portanto, a situação apresentada nesta afirmação ilustra uma reprodução da violência, antes de um homem para com a sua parceira, e agora do filho desta para com a sua esposa.

No apoio dos agentes (família, vizinhos e amigos) ao casal vivenciando violência doméstica visando promover o entendimento (incluindo o apoio via relatos de experiências pessoais para incutir e moldar um comportamento de aceitação da situação da violência doméstica, por parte

da mulher), pode-se perceber que as vivências violentas relatadas haviam causado sofrimento nessas “mulheres-modelo” mais velhas. No entanto, nos depoimentos, esse sofrimento é algo concebido como normal e que faz parte da vida conjugal ou doméstica. Portanto, este é o carácter indelével das crenças culturais, que são internalizadas e integram no *modus vivendi* das pessoas, como afirma (BAZILASHE, 2010). Estas, constituem-se em identidade cultural que, de certa forma, orienta o comportamento quotidiano do indivíduo conforme a sua realidade (AIRHIHEMBUWA, 2007).

A questão de o entendimento do casal depender de a mulher tolerar o comportamento violento do seu marido, justifica-se pelo facto de, na visão de Fernández (2006), em sociedades patriarcais, o homem ser considerado o dono da mulher, e, por isso, ela lhe dever obediência. De acordo com Alfane (1996, p. 18) e Fernando (1996, p. 19) um outro aspecto a ser considerado é o facto de a mulher ser encarada como a responsável por manter o casamento e a harmonia no lar. Daí, pode-se estar a aprontar que a mulher seja a culpada pela situação de violência no lar, pretensamente por algo que não esteja a fazer como o recomendado, o que sugere uma clara culpabilização da mulher pelo fenómeno da violência doméstica.

Além do incentivo ao entendimento, há situações em que os vizinhos se predispõem a proteger a mulher em caso de algum evento violento contra ela, ou então a orientam-na para denunciar episódios de violência às autoridades. A intervenção nesse sentido por parte dos vizinhos pode ser devida ao colectivismo descrito por Fernández (2006) e corroborado por Alfane (1996, p. 17), em que se valorizam as interações sociais e a harmonia colectiva ao invés de individual das sociedades individualistas. Por isso, esses vizinhos colocam-se na posição de protecção, com

vista à harmonia nas interações. Nessa atitude dos vizinhos percebe-se uma mudança de abordagem ao se considerar também a denúncia às autoridades, como uma forma de solucionar o problema. Esta mudança pode ser devida ao que Osório (2013) considera ser a influência da escola e das ações de promoção dos direitos humanos, ou mesmo como efeito da aprovação da Lei 29/2009 contra a violência doméstica (BR, nº 38, 2009), lei que considera este fenómeno como crime.

Entretanto, o presente estudo constatou que, nem sempre, a família, os vizinhos e os amigos são vistos pelo lado positivo por todos os participantes deste estudo. Com efeito, alguns (mulheres e homens) relataram terem vivenciado experiências de os vizinhos rirem-se deles, por situações de violência doméstica que atravessavam. Em alguns casos, relatos houve que deixavam transparecer que a família é percebida por alguns como aquela que se intromete ou incentiva situações de violência doméstica. Concretamente, alguns homens consideram a família das suas parceiras como promotora da violência em seu lar, e vice-versa, motivo para, nesses casos, os familiares não serem contactados para intervirem. Situações desse tipo podem estar relacionadas com o facto de os potenciais mediadores em situações de violência (e.g. familiares, vizinhos e amigos) perceberem a mulher como uma fracassada no seu papel de manter a harmonia familiar, em conformidade com expectativa social, ou na percepção do fracasso do homem no seu papel de autoridade na família, a quem compete controlar e disciplinar comportamentos em prol da harmonia familiar (FERNANDÉZ, 2006; e ALFANE, 1996). Eis, a seguir, dois depoimento ilustrativos do que foi dito:

Levei o caso antes para a família dele, e a mãe disse que o que ele faz é o que o pai fazia. Eu também sofri no lar, mas pacientei e vivi com o meu marido. Ele teve várias amantes, mas

eu pacientei, pode ser o que esteja a acontecer com ele, é só teres paciência, os homens são assim - ...se calhar vai mudar. Se calhar tem outra fora, mas há de voltar para si. Eu não neguei, segui os conselhos da sua família. A minha irmã também já a contactei por causa destes problemas e ela disse para eu patientar pelos meus filhos. A mãe diz que os homens são assim, eles têm tempo em que tem amantes, e você aqui em casa não é considerada como mulher. Ela fala da sua experiência de vida, e isso dá moral para eu viver conforme esta experiência da minha sogra primeiro. E esperar se amanhã vai dar certo ou não... Porque o meu sogro podia ter 2 ou 3 amantes e ela fazia o quê? Patientava (Mulher 27 anos, doméstica, 6 anos em união de facto).

[...] a família sempre pedia para que a gente não voltasse a viver daquela maneira, afinal de conta cada qual tinha que saber afinal de conta qual é o seu lugar. Quem é homem é homem e quem é mulher é mulher. Então diziam que não, mesmo nós também temos, estamos nos nossos lares, vivemos este tipo de situação, mas não é dessa maneira, patientamos...também tens que analisar, afinal de conta, o meu marido chegou a um ponto de me bater ou porque brigou comigo dessa maneira, afinal de conta o que é que eu fiz.” (Homem 32 anos, ferreiro, 13 anos em união de facto)

Impacto da Violência Doméstica na Perspectiva das Vítimas e Agressores

Diante de uma situação de violência doméstica, as mulheres vítimas experimentam uma diversidade de sentimentos, nomeadamente de sofrimento, de impotência, de raiva e de ambivalência em relação à causa e à decisão a tomar perante o fenómeno. Além desse tipo de sentimentos de sofrimento, as informantes do estudo relatam o facto de a violência sofrida durante um longo período chegar a criar-lhes enfermidades, como a hipertensão arterial. Há uma participante que não soube dizer o porquê da violência, a ponto de procurar a culpa em si; em algo

que não tenha feito, ou tenha feito mal. Como foi já discutido no ponto sobre a manifestação da violência doméstica, os homens também sentem-se vítimas deste tipo de violência e vivenciam, também, sentimentos e significados da vida em situação de violência doméstica, tais como dor, falta de respeito, mágoa e vergonha. Nos seus depoimentos, descrevem tal situação como uma vida de stress, de problemas, de brigas e sem alegria. Em suma, uma vida onde reina a arrogância e o orgulho.

A questão da confusão de sentimentos da mulher vítima sobre o que causa a violência é abordada pela WLSA (2006) que aponta que a experiência das vítimas implica um conjunto de sentimentos, que vão desde a confusão sobre o que provoca a violência, até sentimentos de desespero sobre a possibilidade de parar com a mesma; sentimentos de isolamento e depressão, por estarem a conviver com os agressores. Zacarias (2012) acresce que tanto vítimas como agressores apresentam problemas significativos relacionados com a saúde mental como depressão, ansiedade e somatização. A visão da WLSA entra em contradição com a de Alfane (1996) e Fernando (1996), na qual é possível perceber que não há razão para confusão da mulher, pois culturalmente a mulher é considerada como a que tem a responsabilidade de manter a harmonia na família. Esta responsabilização unidimensional deixa uma visão implícita de que se algo não corre bem no lar a culpa é dela, razão pela qual ela procura em si algo que tenha feito mal para a ocorrência da violência doméstica. Entretanto, a confusão pode ocorrer na mulher ao não conseguir identificar no seu viver quotidiano razões para este fenómeno. Associando aos aspectos psicológicos acima referidos, importa realçar que a vítima pode passar por estados de vergonha, de auto-desvalorização e, conseqüentemente, de auto-exclusão pela situação em que vive. Essa situação pode

originar a sua incapacidade de tomar decisões no seio familiar, o que tende à submissão ao seu papel passivo, socialmente inculcado, facilitando, desta forma, a continuidade da acção violenta pelo agressor. Portanto, regra geral, apesar de tanto as mulheres como os homens vivenciarem a violência doméstica, o medo, a ambivalência e as enfermidades são mais evidenciados por elas em relação aos homens.

Fico sempre angustiada, com medo, não durmo direito porque ele quando bate pega sempre algo como catana... nunca tivemos momentos de diálogo como casal, sempre foram brigas (Mulher 40 anos, vendedeira, 8 anos em união de facto).

[...] mal, as vezes mal e com vergonha de falar. Porque as vezes a discussão partiu por uma coisinha de nada. Ela exalta e quando grita as pessoas pensam que eu estou a lhe agredir lá dentro (Homem 34 anos, bate chapa, 9 anos em união de facto).

Sugestões Apresentadas para a Mitigação/Eliminação e Prevenção da Violência Doméstica

Nas experiências e percepções sobre a mitigação e prevenção da violência doméstica, tanto as mulheres assim como os homens foram unânimes em indicar o diálogo ou a conversa entre o casal como uma ferramenta importante para o combate a este fenómeno.

Além do diálogo, as mulheres também sugerem a sua valorização como mães da família; o provimento de sustento para a casa por parte do homem; a não agressão física e um conviver harmónico. Por seu lado, nas suas sugestões para a mitigação/eliminação da violência, os homens acrescem a amizade, o respeito, o deixar de ter amantes, o saber pedir perdão por parte das mulheres, e ainda, o saber colocar-se no lugar de mulher e portar-se como mãe das crianças (e do marido?) e obedecer-lhe, fazendo o que ele quer.

As abordagens, tanto das mulheres assim como dos homens a este respeito podem estar a fazer alusão ou a espelharem-se no que já foi discutido na manifestação da violência doméstica. O diálogo referido pelos homens, por exemplo, pode estar ligado ao ouvir e obedecer, por parte da mulher, assim como a não opinar ou expressar o seu ponto de vista em relação ao que é exposto pelo homem. Como Alfane (1996) e Fernando (1996) afirmam, num casal, a mulher é concebida tradicionalmente como responsável pela reprodução, cuidado pelas crianças e por todas as actividades domésticas. Em contrapartida, o homem é quem decide por último, já que, além de ser chefe da família, ele é que garante o sustento da família, incluindo vestuário para toda a família.

Por conseguinte, o facto de as mulheres mencionarem o sustento e os homens indicarem o respeito, o da mulher colocar-se no seu lugar e, por fim, a obediência e o fazer o que querem se enquadra nesta concepção dos autores acima. O que pode ser considerado, conforme Mwamwenda (2006, p. 355), como uma má comunicação e que constiu parte dos conflitos domésticos ou entre casais.

O diálogo proposto pelas mulheres percebe-se como a existência de um espaço em que elas possam ser escutadas e valorizadas pelos homens, e entre eles haver uma relação de amizade, o que é contrário ao que é relatado por Alfane (1996) e Fernando (1996) como sendo a expectativa social tradicional. São disso exemplos os seguintes depoimentos:

[...] na vida ele tem que saber que esta que está aqui em casa é minha esposa, ou ele ter me magoado e dialogarmos os dois para reparar a situação. Respeito um com o outro. O que o homem deve fazer é respeitar-me e falar comigo como mãe dos seus filhos,... (Mulher 27 anos, doméstica, 6 anos em união de facto).

Vamos ser amigos, e assim nesse momento mesmo se eu for a zangar para ela ou ela for a zangar para mim, nós vamos poder ver de que não, no momento ela está zangada, epah é melhor eu calar, noutra momento pah vou poder procurar saber o que se passa ou vou pedir desculpas se tiver errado, ta ver né, então daí eu vejo que será um dos pontos, que mais ou menos pode vir nos dar um diálogo (Homem 32 anos, ferreiro, 13 anos em união de facto).

CONCLUSÕES

O estudo apurou a existência de uma diversidade de vivências e percepções em relação à cultura e à violência doméstica. Por exemplo, foram identificadas percepções que tendem a considerar a violência doméstica como sendo apenas a física, até mesmo posicionamentos que reflectem a não percepção ou noção da existência deste fenómeno no lar. Entretanto, ao elaborar sobre as suas vivências quotidianas, as participantes do estudo fazem referência à outras formas de violência doméstica, ainda que sem consciência da sua denominação, razão pela qual procuram os serviços de apoio.

Através dos resultados deste estudo, foi ainda possível verificar que a cultura contribui de forma significativa na ocorrência e persistência da violência doméstica, uma vez que os valores e as crenças culturais subjacentes a essa violência são transmitidos de geração em geração, e determinam ou orientam a dinâmica quotidiana das famílias. As crenças culturais em algum momento criam situações de ambivalência, por exemplo, quando é concebido que a mulher obedece e não questiona o seu marido, mas este por sua vez percebe este comportamento como violência em relação a si, porque a mulher não conversa e nem coopera nos projectos da família. Esta percepção por parte do homem faz com que ele fique frustrado com a esposa e tenha comportamentos de violência em

relação a esta, correndo-se o risco de esse tipo de comportamento se repercutir nos filhos.

O estudo, além de abordar as crenças culturais inerentes à ocorrência e persistência da violência doméstica, ilustra também que não só as mulheres sofrem a violência doméstica. Efectivamente, na análise do conteúdo de certos depoimentos, ficou patente que os homens também passam por vivências violentas ligadas à cultura. O fenómeno da violência doméstica ancorada na cultura leva ao desenvolvimento de doenças como a hipertensão arterial, tornando as pessoas propensas a riscos de acidentes cardiovasculares. As vivências deste fenómeno propiciam vidas de aflição, medo, angústia, agressões e discussões infinitas. Além destes significados da vida em violência doméstica, foram descritas pelos participantes deste estudo vidas sem valorização, sem alegria e de frustrações.

Os contribuintes para a persistência do fenómeno da violência doméstica foram indicados por maior parte dos participantes como sendo os mais velhos (pai, mãe, avós, tios, irmãos entre outros), através da referência (positiva) às suas experiências de vida de violência suportada, ou seja, pelos seus conselhos e ensinamentos no sentido de a violência doméstica ser considerada como algo normal e culturalmente expectável. Por outras palavras, os mais velhos ou os mais experientes passam para os mais novos ou menos experientes a sensação de que a violência faz parte da vida, devendo-se, portanto, conviver normalmente com ela. Esta forma de encarar o fenómeno da violência está nos preceitos culturais, passados de geração em geração pela observação da convivência dos mais velhos ou mais experientes pelos mais novos, ou pelos ensinamentos dos mais velhos aos mais novos, através de variadas formas de educação informal, incluindo ritos de iniciação ou de passagem de um nível de

desenvolvimento para o outro. Nesse tipo de educação às meninas são ensinadas conteúdos (valores e crenças) diferentes daqueles que são ensinados aos meninos. Apesar de constituírem parte do processo de inserção do indivíduo no seu meio social, tais conteúdos podem criar conflitos domésticos ou até mesmo violência na convivência doméstica, particularmente na interacção entre maridos e esposas, nos casos, por exemplo, de a mulher decidir quando ter relações sexuais para também ter prazer, situação colocada por uma informante, o que é tido como acto de falta de respeito pelos homens.

Outra questão a considerar é o facto de, na actualidade, muitas esposas estarem de uma forma crescente envolvidas em sectores formais ou informais de trabalho, por imperativos da vida. Esta contingência faz com que ocorram comportamentos que não se coadunam com os conteúdos ensinados às mulheres relativamente ao seu papel e postura durante os vários ritos, o que propicia e cria situações de violência, pela não congruência e pela ambivalência. Isto porque emancipa-se a mulher que passa a trabalhar fora do ambiente doméstico, mas não se dá o devido esclarecimento e enquadramento ao homem, no sentido de se criar um equilíbrio perante o novo contexto.

Face às constatações, o estudo ressalta a necessidade de adaptação dos conteúdos culturais relacionados com o ser, estar e o fazer do homem e da mulher no lar. Isso se revela indispensável no sentido de se criar espaço de suporte e complementariedade, e não injustiças, violências e consequentes destruições de famílias, ou até mesmo a criação de enfermidades e morte. Por exemplo, a obediência incondicional da mulher ao homem; a paciência da mulher; o não questionamento ou não opinar nas acções do marido são aspectos que podem passar ao diálogo entre os dois em que cada um não tenha receio de falar dos seus

medos, fraquezas ao outro. Tendo em conta que estes conteúdos podem ser aprendidos pela instrução, observação, mediação e partilha de experiências, sugere-se que os programas de intervenção de instituições competentes incidam nas crianças, que são os adultos do amanhã, inculcando nelas a noção de complementariedade, partilha e diálogo na convivência familiar doméstica em todas as áreas (e.g. limpeza, cozinha, o cuidado com os filhos, com a roupa, projectos, sustento, relações interpessoais, etc.), em prol do bem estar da vida conjugal e de toda a família.

Relativamente aos adultos, incluindo as instituições de socialização com aprendizagens já enraizadas, tais como as famílias, as congregações religiosas e cívicas e os médicos tradicionais, há que criar ambientes de debates em que se estimule a confrontação de ideias, para uma reflexão crítica sobre as aprendizagens herdadas, com vista a reduzir ou eliminar o fenómeno da violência doméstica, através da promoção do diálogo. Pelos sofrimentos, tais como danos físicos, psíquicos e sociais que este fenómeno desenvolve nas vítimas, há uma necessidade de se ampliar os serviços integrados que disponibilizem apoio Biopsicossocial (psicológico, médico, jurídico, social, etc.) às pessoas envolvidas, consoante a especificidade da demanda de cada situação.

REFERÊNCIAS

AIRHIHEMBUWA, C. O. **Healing Our Differences: The Crisis of Global Health and the Politics of Identity**. United States of America: Rowman & Littlefield Publishers, INC, 2007.

ALFANE, R. **Educação Cívica na Sociedade Tradicional**. Maputo: Ministério da Administração Estatal, 1996.

ANDRADE, C. C.; e HOLANDA, A. F. **Apontamentos sobre pesquisa qualitativa e**

pesquisa empírico-fenomenológica. Campinas. **Estudos de Psicologia**. v.27, n.2. p. 259-268, Abril-Junho 2010.

ARGENTO, H. **Teoria Sócio-Constructivista ou Sócio-Histórica**. (s.d.). Disponível em: http://www.robertexto.com/archivo1/socio_constructivista.htm. Acessado em 03/10/11.

BALLONE, G. J.; e ORTOLANI, I.V. **Violência Doméstica**. 2003. Disponível em: <http://www.psiqweb.med.br/infantil/violome.html>. Acessado em 20/04/07.

BANDURA, A. **Social Learning Theory**. Nova Iorque: Prentice-Hall, 1977.

BAZILASHE, J. B. **O Lugar das Crenças Locais no Modelo Biomédico de Tratamento de Doenças Mentais**. Maputo. Moçambique. (comunicação pessoal, 29 de Outubro, 2010).

CABRAL, F.; e DÍAZ, M. **Relações de Género**. In Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte. **Afectividade e Sexualidade na Educação: Um novo olhar**. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Rona Ltd, 1998. p. 142-150.

CASIQUE, L. C. e FUREGATO, A. R. F. **Violência Contra Mulheres: Reflexões Teóricas**. **Rev Latino-am**, v.14, n.6, p. 950-956, 2006.

CHIZIANE, P. **Niketché**. 7ª ed. Maputo: Ndjira, 2010.

De ASSIS, J. T. *et al.* **Medicina Tradicional no Brasil e em Moçambique: definições, apropriações e debates em Saúde Pública**. **O Público e o privado**, n. 31, Jan/Jun, 2018.

De SOUSA, A. R. *et al.* **Violência Conjugal: discursos de mulheres e homens envolvidos em processo criminal**. **Escola Anna Nery**. v.22, n.1. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ean/v22n1/pt_1414-8145-ean-2177-9465-EAN-2017-0108.pdf. Acessado em: 03 Março 2019.

- FERNÁNDEZ, M. Cultural Beliefs and Domestic Violence. **New York Academy of sciences**, v.10,b.1196, p.250-260, 2006.
- FERNANDO, D. **A Organização Social na Sociedade Tradicional**. Maputo: Ministério da Administração Estatal, 1996.
- FLAVELL, J. H.; MILLER, H. P.; e MILLER, S. A. Desenvolvimento cognitivo. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- FONTAMELLA, B. J. B.; RICAS, J. e TURATO. Amostragem por saturação, em pesquisas qualitativas em Saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.24, n.1, p.17-27, 2008.
- GIORGI, A. Sketch of a psychological phenomenological method. In A. Giorgi (org.). **Phenomenology and psychological research**. Pittsburg: Duquesne, p. 8-22, 1985.
- GIORGI, A. Difficulties Encountered in the Application of the Phenomenological Method in the Social Sciences. **Análise Psicológica**, v.3, n.XXIV, p.353-361, 2006.
- GROENEWAL, T. A Phenomenological Research Design Illustrated. **International Journal of Qualitative Methods**, v.3, n.1, p.42-55, 2004. Disponível em: http://www.ualberta.ca/~iiqm/backissues/3_1/html/groenewald.pdf. Acessado em: 15 Setembro 2015.
- HOLANDA, A. Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológico. **Análise Psicológica**, v.3, n.XXIV, p.363-372, 2006.
- JETHÁ, E. A. R. **Avaliação da qualidade dos serviços de atendimento às vítimas de violência doméstica nas unidades sanitárias da Cidade de Maputo**. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2007.
- MOÇAMBIQUE. **Lei 29/2009 de 29 de Setembro de 2009. Lei da Violência Doméstica contra a Mulher**. Boletim da República de Moçambique, série I, nº 38.
- MANGUANA, F. *et al.* **Estatística de Violência doméstica, 2017**. Instituto Nacional de Estatística. Maputo. Mocambique, 2018.
- MATTA, I. **Psicologia do desenvolvimento e da Aprendizagem**. Lisboa: Universidade Aberta, 2001.
- MEJIA, M. *et al.* **Não sofrer caladas: violência contra mulheres e crianças denúncia e gestão de conflitos**. Maputo: Women and Law in Southern Africa, 2004.
- MINISTÉRIO DO INTERIOR. **Relatório anual**. Maputo. Moçambique, 2008.
- MINISTÉRIO DO INTERIOR. **Relatório anual**. Maputo. Moçambique. 2010.
- MWAMWENDA, T. S. **Psicologia educacional: uma perspectiva africana**. Maputo: Texto Editores, 2006.
- ONU. **Estratégias de combate à violência doméstica, manual de recursos**. Lisboa: Direcção Geral da Saúde, 2003.
- OSÓRIO, C. Identidades de género e identidades sexuais no contexto dos ritos de iniciação no Centro e Norte de Moçambique. **Outras Vozes**, nº 43-44. 2013.
- OSÓRIO, C. **Ritos de Iniciação: um debate necessário**. 2008. Disponível em: <http://www.wlsa.org.mz/?blogviewid=18&target=> acessado aos 13/09/12. Acessado em: 13 Setembro 2012.
- OSÓRIO, C. *et al.* **Poder e violência: homicídio e femicídio em Moçambique**. Maputo. Moçambique: Women and Law in Southern Africa, 2001.
- PAIVA, A. c.; SANTOS, V. R. P. e SANTOS, S. M. Violência Doméstica e as Implicações na Saúde Física e Emocional de Mulheres: Interferências de Enfermagem. In **XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia: Gestão do Conhecimento para a Sociedade, SEGeT**. 2014. Disponível em:

<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos/14/23020192.pdf>. Acessado em: 06 Abril 2019.

PAPALIA, D. E. e OLDS, S. W. *Desenvolvimento Humano*. 7ª ed. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

ROMAGNOLI, R. C. A violência contra a Mulher em Montes Claros. **Barbaroi**, Santa Cruz do Sul, v.1, n.43. p.27-47, jan/jun 2015. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/viewFile/4815/4407%3E>. Acessado em: 30 Março 2019.

SADALA, M. L. A. **A fenomenologia como método para investigar a experiência vivida: Uma perspectiva do pensamento de Husserl e de Merleau-Ponty**. Botucatu. 1993. Disponível em: <http://www.sepq.org.br/Isipeq/anais/pdf/gt1/12.pdf>. Acessado em: 28 Maio 2011.

SHAMU, S. *et al.* A systematic review of African studies on intimate partner violence against pregnant women: prevalence and risk factors. **PLoS One**, v.6, n.3, 2011.

Teles, N.; e Brás, E. J. **Gênero e direitos humanos em Moçambique**. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2010.

TRIDAPALLI, A. L. *et al.* Variáveis e metodologias no estudo do homicídio conjugal. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v.70, n.2, p.186-203, 2018.

WLSA. **Outras Vozes**. Maputo. DC: Autor, 2006.

WHO. **Education for health: A manual on health education in primary health care**. Geneva: DC: Autor, 1988.

WHO. **Multi-country study on women's health and domestic violence against women: summary report of initial results on prevalence, health outcomes and women's responses**. Switzerland. DC: Autor, 2005.

WHO. **Violence prevention: the evidence**. Geneva. DC: Autor, 2009.

WHO. **Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence**. Geneva. DC: Autor, 2013.

ZACARÍAS, A. E. **Women as Victims and Perpetrators of intimate Partner Violence (IPV) in Maputo City, Mozambique: Occurrence, Nature and Effects**. Stockholm: Karolinska Institutet, 2012.